

## A SECA EM CANUDOS

**Eldon Dantas Canário**

Eu, como todo nordestino, acostumei-me a conviver com a seca. Mas só via terras esturricadas e leitos de riachos e rios secos, nos arredores de Canudos. Nascido de uma família de recursos, jamais deixei de tomar leite, ou comer carne, feijão e arroz por causa da estiagem. Meu pai era comerciante e comprava fora tudo que necessitava para o sustento da família.

Não só ele, mas outros moradores, comerciantes, funcionários do governo e alguns fazendeiros conseguiam driblar as dificuldades trazidas pela seca. Os comerciantes não eram tantos. Quatro ou cinco, se muito.

Os fazendeiros (se é que podemos chamar donos de roças de fazendeiros), cujas terras ficavam à margem do Vasa Barris, conseguiam tirar água das cacimbas e usá-la para os gastos de casa e o sustento da criação. A pecuária não era o forte dos donos de terra, que a usavam mais para o plantio de milho, feijão e mandioca. Os caprinos existentes eram a base da alimentação, com o leite e a carne e conseguiam suportar com mais tenacidade a falta de água, contentando-se com as folhas das favelas e dos juazeiros.

Mas os funcionários do governo não eram poucos. Compunham os quadros do DNOCS, que se instalara em Canudos, desde o final dos anos 30, com a incumbência de construir, na Bahia, o trecho da Transnordestina. Entre eles, havia um engenheiro, um médico, enfermeiros, uma professora primária, topógrafos, os encarregados do escritório, do depósito, da oficina, mecânicos, motoristas, tratoristas e outros. Além dos empregados do DNOCS, havia um destacamento da polícia com três ou quatro soldados, comandados por um cabo, a professora do Estado e o Agente postal. Esses funcionários e suas famílias estavam livres dos castigos climáticos, pois sempre dispunham de salário para a compra de alimentos e vestuário. As casas eram fornecidas pelo governo. Com renda certa, podiam se abastecer no comércio local, que adquiria em outras praças as mantenças do dia a dia.

O problema da água foi resolvido, definitivamente, com a construção do açude do Caramaté. A sua água, de boa qualidade, era distribuída nas casas por meio do carro-pipa do próprio DNOCS. Como se pode notar, Canudos era como que um oásis.

Um lugar assim, encravado no meio de uma imensa área desprovida de qualquer tipo de anteparo aos efeitos da seca, atraía, naturalmente, os retirantes que lá chegavam, esperançosos de uma colocação no DONOCS, ou faziam de Canudos um ponto onde pudessem descansar, alimentar-se e reencontrar forças para a interminável caminhada, em busca de trabalho. Eram estes indivíduos que me punham diante da realidade da seca.

Eles enchiam o barracão de redes e ali dormiam. Bebiam a água salobra das cacimbas do Vasa Barris e cozinhavam carne seca na água com sal, fazendo depois um pirão esbranquiçado que os alimentava duas vezes ao dia. A farinha, a carne e o café, eles pediam

nas casas dos privilegiados moradores de Canudos. O pão, compravam na padaria local, com o dinheiro que recebiam, a título de esmola.

Os habitantes dos roçados, principalmente os que tinham suas terras longe das margens do rio, e os trabalhadores dessas propriedades, do mesmo modo, socorriam-se da caridade do pessoal da rua, ou viviam da caça, comendo teiú, preá e pomba de seca. Também servia de alimento o xiquexique assado.

Quando o desespero tomava conta dos pequenos proprietários e a fome ameaçava ceifar a vida dos desprotegidos, os sertanejos apelavam para os poderes dos santos. Então, alguém “roubava” uma imagem da igreja e escondia em casa, só se prontificando a devolvê-la com a chegada das chuvas. Até a do padroeiro, Santo Antônio, foi “furtada”. E quando isso ocorria, os fiéis saíam em procissão, cantando ladainhas, pedindo a Deus que mandasse a chuva. E como nos tempos do Conselheiro, visitavam as sedes das fazendas próximas, com o andor vazio, na esperança de encontrarem a imagem “furtada”, repetindo em coro: “Mandai-nos chuva, Senhor!

Mas, se a seca era prolongada, causando danos mais profundos, como a fome endêmica, o governo vinha em auxílio dos pobres nordestinos. E chegavam a Canudos caminhões carregados de charque e feijão, que deveriam ser distribuídos com os famintos.

Aqui, infelizmente, tenho de dar o meu testemunho de atitudes inescrupulosas de alguns encarregados da distribuição desses víveres. Embora fosse menino, lembro-me de ter ouvido, em mais de uma oportunidade, que esses mantimentos, que deveriam ser distribuídos com os necessitados, terminavam sendo vendidos, o que era um crime. Um velho servidor do DNOCS construiu, em Caratácá, no município de Uauá, onde morava a família de sua companheira, um prédio que destoava da arquitetura local, tal a sua imponência. Diziam que o dinheiro empregado naquele palacete, era produto da venda do feijão e da charque que deveriam ser distribuídos entre os famintos.

Esse meu testemunho tem o propósito de mostrar três aspectos da seca no Nordeste:

O primeiro é a imutabilidade, até os nossos dias, da situação em que se encontra a maior parte da região nordestina. Mesmo com a atuação do DNOCS, da SUDENE e outros órgãos, a seca nunca foi afastada como ameaça que sempre pairou sobre o povo sofrido do Nordeste. Não sei se é possível calcular a quantia despendida, até os nossos dias, no combate a esse flagelo. O que eu vi de veículos, caminhões e automóveis, tratores, perfuratrizes (ou escavadeiras), patrôs (ou planadeiras), caçambas gigantes (pelo menos para nós, os meninos), veículos pesados, usados, inclusive, na última guerra, pelos ingleses (o volante era do lado direito); a quantidade de residências, das mais simples às mais luxuosas, inclusive com geladeiras, isso tudo por mais de maio século, ininterruptamente, nos leva à tranquilidade de afirmar que todo esse mar de dinheiro foi muito mal aplicado. Às vezes, por incompetência, outras, por desonestidade.

O segundo aspecto é o de que a seca não atinge a todos, igualmente, pois como afirmado acima, os privilegiados, como os de minha família, os que tinham emprego certo, os comerciantes e fazendeiros conseguiam passar ilesos pelo flagelo, ou podiam suportá-lo sem maiores sacrifícios. Só os desassistidos sofriam, verdadeiramente.

Agora, ao tratar do terceiro aspecto, permitam-me não declinar nomes de pessoas e autoridades que se comportaram de modo condenável, desviando recursos que deveriam ser aplicados em benefício dos famintos. É que, por estarem mortas, seria leviano, de minha

parte, fazer acusações que não teria mais condições de provar. Vou citar outro fato, além da venda da comida que chegou a Canudos para matar a fome dos miseráveis.

Um grupo de indivíduos (não eram de Canudos) procurou um deputado federal dos mais representativos da Bahia e pediu a ele uma providência para amenizar o sofrimento do povo. Esse deputado conseguiu uma verba significativa, cujo valor, hoje, não seria eu capaz de estipular, em decorrência de tantas mudanças ocorridas em nossa moeda. O dinheiro deveria ser gasto na conservação e conservação de estradas vicinais. O encarregado da empreitada estava aplicando o dinheiro como devia. Mas um representante do deputado, em uma viagem de inspeção, chamou-lhe a atenção, dizendo, com todas as letras, que apenas uma pequena parte do dinheiro deveria ser destinada aos famintos, que trabalhassem na obra. A outra, deveria ser usada para a campanha do ilustre representante do povo baiano.

É triste podermos constatar que, nos nossos dias, continuam sendo usados os mesmos processos, enquanto o flagelo das longas estiagens ressurgem de tempos em tempos, às vezes sob aviso, enquanto aos nordestino só resta fugir em direção ao Sul, onde são tratados como seres inferiores

E morre não só o gado, mas também as inocentes criancinhas. Morre também as esperanças do povo.

Isso significa que o sacrifício de Canudos, que deixou de existir para salvar toda uma região, foi inútil.

Foi-se, com a minha querida terra, não só a memória de um povo, que agora se tenta resgatar, mas também a sua esperança de viver com dignidade.

Salvador, 07 de junho de 1999.

Eldon Dantas Canário.